

Registro de violência contra a mulher passa a ser obrigatório

Waldemar Rodrigues



■ Notificação deverá ser feita nos casos em que a vítima for atendida em serviço público ou privado de saúde

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que torna obrigatória a notificação, em todo o país, dos casos de violência contra mulheres atendidas nos serviços públicos ou privados de saúde. A proposta considera como violência a ação que provoque morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher. O texto segue agora para sanção do presidente da República.

Página 3

O depoimento do ex-campeão mundial de atletismo Zequinha Barbosa à CPI da Exploração Sexual foi marcado por tumulto. O advogado do ex-atleta foi retirado da CPI depois de se dirigir à

mesa que conduzia os trabalhos e pedir respeito por Zequinha. A senadora Patrícia Saboya considerou a atitude como tentativa de "intimidar os membros da comissão".

Página 3

Comissão debate controle do Sivam

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luís Carlos da Silva Bueno, garantiu ontem que o Brasil tem pleno controle das informações obtidas pelo Sivam

Página 8



Suplicy (C) recebeu na CRE representantes da Aeronáutica para discutir vigilância da Amazônia

Célio Azevedo



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

ALÍVIO Tuma apresentou o projeto e Borges propôs texto que adia por 16 meses inclusão nos limites de endividamento

Endividamento de estados e municípios tem novas regras

Página 4



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

CPI investiga dinheiro da venda de sentenças

Página 7

Constituintes valorizaram a família como base social, diz Lúcia Vânia

Em palestra no seminário sobre os 15 anos da Constituição, senadora destacou qualidades da Carta

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comentou a importância dada pelos constituintes à instituição familiar como base da sociedade, durante a palestra proferida ontem, no último dia do seminário "15 Anos da Constituição Federal Brasileira", promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo (Unilegis).



VISÃO AVANÇADA Para Lúcia Vânia, definição de família aprovada pelos constituintes segue tendência das sociedades modernas

Lúcia Vânia, que foi deputada constituinte e é também jornalista e professora, destacou que a visão do constituinte da época foi bastante avan-

çada, por definir família, além da maneira tradicional, como entidade formada por pelo menos um adulto e seus descendentes. "Essa é a tendência

das sociedades modernas", observou. A palestra da senadora foi sobre o tema "Ordem Social – Família, Criança, Adolescente e Idoso".

O seminário discutiu durante três dias os diversos aspectos da Constituição, como imunidade parlamentar, defesa do Estado, a Constituição no contexto internacional, tributação e economia. Participaram do evento personalidades como o relator da Constituinte, ex-senador Bernardo Cabral; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Apprato, e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, além de senadores, deputados e ex-ministros.

Cooperação entre Judiciários será debatida

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) aprovou ontem requerimento solicitando a realização de audiência pública para discutir o anteprojeto de lei que trata da cooperação judiciária internacional em matéria penal. O debate, em data ainda a ser marcada, será realizado em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O requerimento aprovado é de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB) e o projeto foi sugerido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil. Para o presidente da CLP, senador Magno Malta (PL-ES), a matéria é importante e precisa ser debatida, "pois somente uma cooperação entre países poderá combater a lavagem de dinheiro, o narcotráfico, o crime organizado e a violência". O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também apontou a questão como relevante e defendeu a discussão do projeto.

Outras quatro sugestões enviadas por entidades da sociedade serão arquivadas, já que os senadores aprovaram os respectivos pareceres dos relatores, contrários à aprovação das matérias.

Mesquita Júnior quer imprimir obra indígena

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) pediu ontem que a cota a que tem direito na Gráfica do Senado para impressão de projetos e discursos seja usada na publicação de duas obras indígenas, sem autor definido, que tratam da cultura das nações de seu estado. São kaxinawás e yawanáwas, que lutam para imprimir a memória de seus povos em livro e transmiti-la às gerações futuras, explicou o senador.

Mesquita Júnior esteve no Acre no final de semana em contato com as 14 nações indígenas do estado, que tem inclusive uma secretaria estadual de Nações Indígenas, ocupada por um índio.



Mesquita Júnior usará sua cota na Gráfica do Senado

Agenda

Sessão não deliberativa terá início às 9h

O Plenário do Senado realiza hoje sessão não deliberativa destinada a pronunciamentos dos parlamentares e comunicados da Mesa, com início previsto para as 9h. Os primeiros inscritos para discursar na tribuna são os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Alberto Silva (PMDB-PI). Os trabalhos podem ser acompanhados ao vivo pela TV e pela Rádio Senado.

Biblioteca do Senado expõe acervo histórico

Parte do acervo de obras raras da Biblioteca do Senado estará exposta ao público em mostra intitulada "Documentos Históricos e Livros Raros". A exposição marca a assinatura de um contrato de

restauração com a UnB e permanece até o dia 14, na própria biblioteca. Entre as obras estão a primeira edição do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e a primeira Constituição da República, de 1891.



Projeto Cultura ao Meio-Dia

O projeto Cultura ao Meio-Dia exhibe hoje, às 12h, o filme *Aos olhos de uma mulher*, comédia mexicana dirigida por Antonio Serrano que conta a história de uma mulher de meia-idade que muda a vida radicalmente.

Reunião da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, às 9h, reunião reservada. A comissão, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é composta por 17 senadores e 16 deputados.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Zequinha depõe e nega acusações de abuso sexual

O ex-campeão mundial de atletismo Zequinha Barbosa, 42 anos, que responde a inquérito policial por crimes de exploração sexual de menores e de estupro em Mato Grosso do Sul, negou, durante depoimento ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, que tenha usado o instituto que leva seu nome, com sede em Campo Grande (MS), para se aproveitar sexualmente de adolescentes.

A temperatura da audiência, que durou mais de quatro horas, subiu quando a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) disse que Zequinha Barbosa “estava mentindo” ao se isentar das acusações. O advogado do atleta, Abadio Rezende, em voz

alta, condenou o modo pelo qual seu cliente estava sendo interrogado e, dirigindo-se à mesa dos trabalhos da CPI, cobrou da presidente, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), “mais respeito a Zequinha”.

A senadora considerou a atitude de Abadio Rezende intimidatória e incompatível com o Regimento da Casa, razão pela qual deu voz de prisão ao advogado, que foi retirado à força da sala por seguranças. A sessão foi interrompida e, ao recomeçar, Zequinha negou-se a responder à maioria das perguntas, afirmando que “só falaria em juízo”. Posteriormente, o advogado foi conduzido à Polícia Federal, acusado de desobediência e desacato.



INCIDENTE O advogado de Zequinha Barbosa é retirado da reunião da CPI depois de se dirigir à mesa, presidida por Patrícia Saboya

Senadores repudiam agressão de advogado contra Patrícia



Atitude de Patrícia foi elogiada em Plenário

Durante a sessão plenária de ontem, vários senadores prestaram solidariedade à senadora Patrícia Saboya. Ana Júlia Carepa (PT-PA) viu o ato da senadora como o de uma mulher “aguerida e corajosa”.

Já a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou seu empenho em levar adiante a sessão, apesar da agressão sofrida. Paulo Paim (PT-RS) classificou a presidente e a relatora da comissão, deputada Maria do Rosário (PT-RS), como heroínas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Romeu Tuma (PFL-SP) saudou Patrícia pelo trabalho da CPI e José Agripino (PFL-RN)

aplaudiu a atuação da parlamentar. Para Aloizio Mercadante (PT-SP), a agressão foi um desrespeito ao Senado. Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou o procedimento da presidente da CPI como “um gesto de valentia” e os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR) enaltecem a atitude de Patrícia.

A atuação da parlamentar também foi destacada pelos senadores Demostenes Torres (PFL-GO); Fernando Bezerra (PTB-RN); Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN); Eduardo Suplicy (PT-SP); João Capiberibe (PSB-AP) e João Ribeiro (PFL-TO). Patrícia contou ainda com a solidariedade da Mesa do Senado, na figura do 2º vice-presidente, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), e dos senadores Almeida Lima (PDT-SE), Heloísa Helena (PT-AL) e Fátima Cleide (PT-RO).

Violência contra a mulher terá registro obrigatório

Os casos de agressão atendidos em serviços de saúde, público ou privado, deverão ser notificados

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que determina a notificação compulsória, em todo o território nacional, de casos de violência praticada contra mulheres atendidas nos serviços público ou privado de saúde. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 7 milhões de mulheres se declaram vítimas de espancamento no país. A matéria segue para sanção do presidente da República.

A proposição (PLC nº 8/02) define como violência qualquer ação ou conduta que resulte em morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher e que ocorra dentro da família, da residência, no seio da comunidade (local de trabalho, escola, unidades de saúde) ou que seja executada ou tolerada pelo Estado ou por seus agentes. Entre as formas de expressão des-



REIVINDICAÇÃO Projeto aprovado pelo Plenário, que vai à sanção do presidente da República, atende pleito do movimento de mulheres

sa violência, o projeto relaciona violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual.

O projeto estabelece que o registro obrigatório terá caráter sigiloso. Assim, a identificação da vítima da violência fora do âmbito dos serviços de saúde será feita somente em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou de seu responsável.

De acordo com a relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a matéria atende a pleito dos movimentos de mulheres e pode estancar uma perda correspondente a 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em despesas com assistência médica e faltas ao trabalho. “Indiscutível é a necessidade de enfrentamento desse tipo particular de violência, que faz vítimas em todo o mundo e em todas as classes sociais”, assinou a relatora em seu parecer.

Senadores aplaudem a decisão

A obrigatoriedade de os serviços públicos e privados de saúde passarem a notificar os atendimentos em mulheres vítimas de violência, objeto do projeto aprovado na sessão de ontem, suscitou manifestações de apoio de diversos senadores. Os pronunciamentos foram abertos pela relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que apontou a violência doméstica como um problema de saúde pública, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), e revelou que as mulheres agredidas costumam perder um ano de vida saudável a cada cinco anos.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lembrou o intenso debate travado sobre o assunto no âmbito da comissão, e Patrícia Saboya (PPS-CE) disse que o projeto chega em uma hora importante para quem acre-

ditada na Justiça. Para Serys Slhessarenko (PT-MT), era necessário um mecanismo como esse para dar um basta na questão.

O senador Romeu Tuma (PT-SP) destacou que o projeto é uma proteção a mais para a mulher. Já o senador José Agripino (PFL-RN) acredita que a lei vai inibir a violência. Como profissional de saúde, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou a iniciativa.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o projeto oferece um instrumento para coibir um tipo de violência inaceitável. Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacou a capacidade do projeto de enfrentar um problema que atinge a todas as classes sociais e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acredita que a medida deve evitar que as vítimas deixem de registrar a ocorrência.

Alvaro Dias (PSDB-PR) vê o projeto como um avanço. Para Demostenes Torres (PFL-GO), a

violência doméstica é uma epidemia do país, enquanto a senadora Fátima Cleide (PT-RO) comentou sua satisfação em votar a favor de projeto que resgata a cidadania das mulheres. Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu maior divulgação da legislação que protege os direitos da mulher.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país. Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), trata-se de um passo importante para coibir uma violência inaceitável, enquanto Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a medida proposta é mais do que justa. Também manifestaram seu apoio à matéria os senadores Paulo Paim (PT-RS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Almeida Lima (PDT-SE), Efraim Morais (PFL-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Alberto Capiberibe (PSB-AP) e João Ribeiro (PFL-TO).

Voto de aplauso pela absolvição de nigeriana

O Senado aprovou ontem voto de aplauso ao Tribunal de Recursos Islâmicos de Katsina e ao governo da Nigéria pela sentença que anulou a condenação de Amina Lawal à morte por apedrejamento. Ela tinha sido condenada por ter uma filha fora do casamento, o que fere a lei islâmica.

O requerimento, de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), recebeu parecer favorável da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A relatora lembra que o caso da nigeriana tornou-se notório internacionalmente em 2002, quando as candidatas ao título de Miss Mundo se recusaram a participar do concurso na Nigéria, em virtude da indiferença do governo daquele país para com a situação da jovem mãe.

Sua condenação se deveu simplesmente por ter dado à luz fora do casamento, mesmo depois de divorciada, disse Fátima Cleide. Este ano, recordou a senadora, diante do clamor mundial, as autoridades judiciais da Nigéria decidiram pela anulação da sentença.

O Plenário aprovou ainda voto de censura, proposto pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao atentado terrorista ocorrido no dia 28 de setembro na cidade colombiana de Florencia. O atentado causou a morte de dez pessoas e deixou dezenas de feridos. O requerimento também teve o parecer favorável da CRE.

Plenário aprova alívio no endividamento dos estados

Projeto adia por 16 meses inclusão de estados e municípios em limites máximos de comprometimento

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que facilita nos próximos 16 meses a contratação de empréstimos por estados, municípios e Distrito Federal. Esses entes da Federação vêm sendo impedidos de realizar operações de crédito porque estão com seus limites de endividamento "estourados".

A aprovação da matéria, na forma de substitutivo de César Borges (PFL-BA) a projeto de resolução (PRS nº 9/03) de Romeu Tuma (PFL-SP), foi possível depois de negociação entre o relator, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e representantes do Tesouro Nacional.

O projeto original estabelecia a correção da receita corrente líquida com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). Na opinião dos técnicos do governo, ao fazer essa correção, os contratos de renegociação da dívida dos estados e municípios com a



ADAPTAÇÃO Proposta original de Romeu Tuma foi acolhida depois de negociações

União seriam quebrados e a dívida cresceria além do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e prejudicaria o ajuste macroeconômico.

A saída, conforme admitiu Mercadante, foi adiar por 16 meses o enquadramento dos estados e municípios nos limites máximos de endividamento, o que os liberará para contrair empréstimos e tocar seus planos de obras. Segundo o líder do governo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, embora rígida, contempla mudanças em limites de endividamento diante de conjunturas macroeconômicas desfavoráveis.

O que aconteceu nesse caso é que a aceleração inflacionária provocada pela alta do dólar no período eleitoral do ano passado levou a um aumento da dívida renegociada pelos estados e municípios com o governo federal (corrigida pelo IGP-DI), sem que a receita corrente líquida fosse atualizada. Esse descompasso estrangulou a capacidade dos estados de obter empréstimos.

Conforme Hélio Costa (PMDB-MG), a situação da dívida estadual e municipal é "praticamente incontrolável". Ele lembrou que Minas Gerais recebe R\$ 150 milhões da União em repasse de verbas e só de juros devolve R\$ 130 milhões. Para Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a renegociação feita pelo governo passado foi "um avanço", mas o projeto aprovado corrige imperfeições de regras anteriores.

Segundo Heloísa Helena (PT-AL), não é saudável que os estados e municípios abram mão de investimentos para pagar dívidas regidas por uma injusta metodologia de apuração das receitas. César Borges observou que a negociação foi fundamental para aprovação da matéria, mas advertiu para o "quadro insustentável" do endividamento.

Plano de carreira do BC vai à sanção

O Senado aprovou ontem e enviou à sanção presidencial o projeto de lei que estabelece os planos de reestruturação de carreiras do Banco Central, da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

O líder do governo, senador

Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu a aprovação do projeto sob o argumento de que ele trata de áreas de excelência e de alto nível técnico, que não comportam mais a perda de profissionais.

– Principalmente o Banco Central, que tem a enorme res-

ponsabilidade de fiscalizar o sistema financeiro nacional e combater os processos especulativos, e necessita manter quadros de altíssimo nível técnico, precisa renovar seus quadros para fazer frente a aposentadorias, por exemplo – disse o senador.



AMPARO Sarney destaca que entidade protege as crianças mais pobres do país

Apoio ao Nobel para a Pastoral da Criança

O Senado apresentará ao Comitê do Prêmio Nobel da Paz, no Parlamento norueguês, voto de apoio à candidatura da Pastoral da Criança para esse prêmio em 2004. Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente da Casa, José Sarney, foi aprovado ontem pelo Plenário.

A Pastoral da Criança é uma organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que trabalha para garantir saúde, nutrição e educação às crianças, desde o ventre materno até os seis anos de idade, prevenindo violência no ambiente familiar e abrangendo parentes e comunidade em seus objetivos.

Na justificativa do requerimento, Sarney disse que, nos últimos 20 anos, as crianças mais pobres do país foram amparadas "por esta extraordinária coalizão de fé e boa vontade, que reúne 200 mil pessoas".

Sarney informou que, graças à Pastoral da Criança, fundada e coordenada por Zilda Arns, vidas infantis estão sendo salvas em mais de 1 milhão de famílias. Ele solidarizou-se com iniciativa idêntica apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS).

Paim rejeita corte em aposentadoria de idosos

O senador Paulo Paim (PT-RS) apoiou ontem a intenção do ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, de coibir fraudes no pagamento de aposentadorias a maiores de 90 anos. Paim, entretanto, sugeriu que antes de cortar o pagamento de aposentadorias, o ministério mande aos familiares desses beneficiários aviso com prazo de 40 dias para provarem que os aposentados estão vivos.

– Acho precipitado cortar os benefícios, porque isso pode prejudicar quem está agindo dentro da lei – disse Paim. Ele também reafirmou, em discurso encaminhado à Mesa, sua disposição de continuar lutando pelo acolhimento de suas emendas à proposta de reforma da Previdência.



Lúcia Vânia: reforma prejudica Centro-Oeste

A proposta de reforma tributária do governo não melhora o sistema de tributos e tem como único objetivo modificar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), advertiu ontem a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para ela, o governo procurou apenas impedir a chamada guerra fiscal com um mecanismo que fere a autonomia das unidades federadas. Se a reforma for aprovada como está, vai afetar duramente o Centro-Oeste, enfatizou.

– Somos contrários a essa centralização exacerbada da Federação, que nem sequer foi ousada pelo regime militar – afirmou. Em apartes, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) registraram seu apoio à avaliação da reforma tributária feita por Lúcia Vânia.

Comissão quer verbas integrais para a educação

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou em Plenário que a Comissão de Educação (CE) do Senado vai propor que a educação volte a ter integralmente as verbas definidas pela Constituição – 18% da arrecadação federal. Hoje, 20% dessas verbas estão sendo usadas pelo governo em outras áreas, de acordo com a emenda constitucional que criou a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A comissão vai sugerir que os 20% da DRU sejam eliminados da seguinte forma: 10% em 2004, 5% em 2005 e os outros 5% em 2006. Capiberibe apelou aos senadores para que apoiem o movimento: "Sem investir em educação, o Brasil nunca vai tirar seu atraso em ciência e tecnologia".



REFORMAS

Transcorreu ontem em Plenário o quarto dia de discussão da proposta sobre a Previdência. Na próxima terça-feira, o texto voltará à Comissão de Justiça para votação das emendas oferecidas pelos senadores

Texto da Previdência já recebeu 216 emendas

As emendas de Plenário poderão ser apresentadas à reforma da Previdência até terça-feira, dia 11, quando a proposta retornará pela segunda vez à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discussão e votação das sugestões. Mas até ontem os senadores já haviam protocolado 216 emendas.

No quarto dia de discussão em Plenário, em primeiro turno, a reforma da Previdência teve

sua primeira defesa, depois de 23 discursos de críticas. A defesa foi feita pelo senador Eduardo Siqueira Campos (TO), do PSDB, partido de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. Na sessão de ontem, criticaram a reforma cinco senadores, três deles do PT e dois do PMDB. A reforma agora só voltará a ser discutida terça-feira, último dia de sua permanência em Plenário, nesta fase. O relator da proposta, Tião Viana (AC),

informou que estará em condições de apresentar parecer às emendas já na quarta-feira, na CCJ. Os líderes dos partidos de oposição, no entanto, anunciaram que pretendem pedir vista do parecer de Viana, obstruindo a tramitação das reformas tributária e previdenciária, além da discussão e votação do Orçamento de 2004. Com isso, eles querem que o governo negocie parte das reformas, aceitando emendas dos senadores.

EDUARDO S. CAMPOS



Fotos: Rosewell Pinheiro

Brasil precisa das mudanças

O senador Eduardo Siqueira Campos (TO), do PSDB, partido de oposição ao governo, apoiou em Plenário a reforma da Previdência, sustentando que a defendeu no governo Fernando Henrique Cardoso e que suas convicções não mudaram.

– O Brasil precisa da reforma previdenciária, ainda que ela provoque alguns reflexos políticos negativos – afirmou.

Eduardo ressaltou que foi o próprio PT o responsável pela não aprovação, no governo passado, de uma reforma previdenciária “mais profunda”.

– Entendo que essa reforma do PT não é bem a do governo Fernando Henrique. Ela é mais dura – classificou.

O senador informou que também apóia a emenda paralela da Previdência, em que estão sendo colocadas mudanças que o governo aceitou na reforma da Previdência.

ANTERO DE BARROS

Taxar inativo contraria a Constituição

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sustentou da tribuna que a taxa de inativos do serviço público “é inconstitucional”, porque a aposentadoria é pagamento da parte de contrato já cumprido pelo servidor. Ele leu trechos de voto em separado apresentado em 1999 por deputados do PT, entre eles José Dirceu (hoje ministro-chefe da Casa Civil) e Waldir Pires (atual controlador-geral da União), no qual sustentam a inconstitucionalidade da taxa.

– O José Dirceu de antes das eleições passadas estava certo. Cobrar de inativos, além de ser uma desumanidade, é também inconstitucional.

Antero leu trecho em que os petistas citam o ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal (STF), para quem a cobrança poderia ser derubada pela Corte.



JOSÉ JORGE



PEC paralela ilude opinião pública

Durante o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição da reforma previdenciária, o senador José Jorge (PFL-PE) salientou que a proposta paralela, criada para acolher pontos divergentes da proposta original, é “um ardil legislativo que objetiva iludir a opinião pública”.

Para o senador, o fracasso dessa proposição “é previsível até pelos seus próprios autores”. Ele afirmou não saber se estes insistem em defendê-la “para amenizar o drama de consciência de haverem mudado radicalmente suas convicções” ou se o fazem porque “o poder os inebriou a ponto de se julgarem perfeitos ilusionistas”.

Para o senador, as mudanças admitidas pela bancada do governo são quase cosméticas e não atacam os principais problemas da proposta.

GARIBALDI ALVES

É preciso cautela e serenidade

Ao pedir cautela e serenidade na análise da reforma previdenciária, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apontou falhas na proposta. Segundo disse, não está previsto o combate à cultura da sonegação nem aos “empresários inescrupulosos” que descontam a contribuição dos funcionários mas não repassam o dinheiro à Previdência.

– Não há também qualquer preocupação com os mais pobres, com os que contribuíram a vida toda, desde a adolescência, e conseguem apenas uma aposentadoria miserável.

Garibaldi lembrou que a reforma da Previdência saiu da Câmara dos Deputados sem consenso, deformada para atender a grupos de pressão. Assim mesmo, concluiu, “essa não é a reforma perfeita e acabada, mas a possível”.



MÃO SANTA



Serviço público será desmontado

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a reforma da Previdência provocará o desmonte do serviço público em todo o país, o que constitui “uma crueldade”, já que os pobres têm os serviços do Estado como única saída.

– Um intelectual petista, ao se desligar do partido, disse que havia sonhado o sonho errado. Trata-se de uma crueldade, porque, sem os hospitais públicos, sem as escolas públicas, nenhuma esperança resta à população mais pobre.

Mão Santa relatou que ele próprio teve a sorte de nascer em uma família privilegiada, mas, como estudou em escolas públicas e formou-se em Medicina em universidade federal, conviveu com estudantes pobres e, portanto, conhece o drama de uma família sem recursos para dar educação aos filhos.

HELOÍSA HELENA

Proposta não combate os privilégios

Na discussão sobre a reforma da Previdência, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) reiterou ontem suas críticas à proposta do governo. Para ela, a emenda “não combate privilégios e não inclui os filhos da pobreza”.

A senadora defendeu as emendas que apresentou, entre as quais a que estabelece mecanismos para incluir categorias como donas-de-casa e cortadores de cana no sistema previdenciário.

Outra emenda de Heloísa Helena garante que policiais civis e militares, além de professores e profissionais da saúde, tenham condições diferenciadas de aposentadoria. A parlamentar ressaltou que essas categorias são essenciais para o funcionamento do aparelho público.

Heloísa destacou o caso dos professores, que continuam trabalhando em péssimas condições.





DESTRUIÇÃO Maria do Carmo lembra que documentário mostra agressões ao rio

São Francisco agoniza, diz Maria do Carmo

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) advertiu ontem para o grau de destruição do Rio São Francisco. Citando documentário transmitido por emissora de televisão, ela referiu-se a inspeção no rio feita pelo Ministério Público que constatou o desaparecimento de 80 córregos e de três dos 16 principais afluentes.

– O Velho Chico, como carinhosamente nós, nordestinos, tratamos o Rio São Francisco, segue numa agonia crescente – disse Maria do Carmo, lamentando a contaminação do rio pela exploração de minérios, desmatamento de suas margens e despejo de esgotos sem tratamento.

Sobrevoando o rio em ultraleves, a equipe comandada pelos procuradores constatou que há cursos d'água secos transformando-se em estradas. E o programa mostrou também o drama da população ribeirinha, que vê aos poucos ser destruída a sua fonte de sobrevivência.

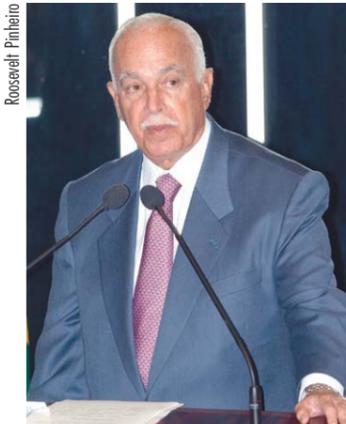
A criação de camarões em cativeiro foi lembrada por Maria do Carmo como importante alternativa econômica para o Nordeste. Beneficiando-se do clima quente e do alto grau de salinidade da água, o negócio do camarão está crescendo na região. O discurso foi apoiado por Romeu Tuma (PFL-SP).

ACM defende projeto que visa reduzir taxa de juros

■ Senador informa que proposta de sua autoria está tramitando na Comissão de Justiça

Com o objetivo de colaborar no combate às altas taxas de juros praticadas no país, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que projeto de lei complementar de sua autoria transfere a competência de coibir práticas lesivas à ordem econômica e à concorrência no setor financeiro, que atualmente é do Banco Central, para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O projeto (PLP nº 412/03) está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve ser relatado



ADVERTÊNCIA Para Antonio Carlos, indicadores não justificam juros tão elevados

por Amir Lando (PMDB-RO), líder do governo no Congresso, informou Antonio Carlos. O Cade é uma autarquia ligada ao Ministério da Justiça, encarregada de manter a livre concorrência entre as empresas.

Antonio Carlos citou dados do jornal *Gazeta Mercantil* segundo os quais o Banco Mundial aponta o Brasil como um dos países com maiores *spreads* bancários do mundo. Para o senador, é preciso que as autoridades econômicas entendam a importância de reduzir as taxas de juros para reativar a economia.

O senador se disse feliz em saber que o vice-presidente, José Alencar, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), também defendem menores taxas de juros.

Para Antonio Carlos, vários indicadores divulgados não justificam taxas de juros tão altas, tais como os de que a rentabilidade dos bancos não pára de crescer e as taxas de inadimplência, um dos motivos alegados para a cobrança de *spreads* elevados, vêm caindo.

Aelton aplaude a recriação da Subcomissão de Obras Inacabadas

Ao comentar que as obras inacabadas espalhadas pelo Brasil há mais de 30 anos já consumiram milhões em recursos dos cofres públicos, o senador Aelton Freitas (PL-MG) comemorou a recriação, no Senado, da Subcomissão das Obras Inacabadas. Ele lembrou que, em 1995, quando funcionou pela primeira vez, a subcomissão apurou a existência de 1.172 obras do governo federal inacabadas. Para concluí-las, acrescentou, seriam necessários R\$ 6,07 bilhões.

Aelton explicou que a subcomissão tem como objetivo, além de fiscalizar as obras inventariadas em 1995, procurar novas obras que não foram concluídas e examinar as ra-



OBJETIVO Subcomissão vai apurar por que obras não foram concluídas, afirma Aelton

zões pelas quais elas não foram concluídas. O colegiado deve oferecer ainda a sua contribuição para que a questão das obras inacabadas passe a ser tratada de maneira mais responsável do que foi até hoje.

A decisão do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, de priorizar a aplicação de recursos em estradas e obras que estejam mais próximas de sua conclusão, faltando entre 10% e 15% dos investimentos necessários, recebeu elogios de Aelton Freitas. O senador por Minas Gerais sugeriu aos demais ministérios que adotem o exemplo e definam como prioridades a conclusão das obras interrompidas de sua competência.

Aelton disse que a “postura correta” do ministro possibilitou o término da Ponte de Porto Alencastro, obra fundamental para a integração regional, na divisa dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.



DENÚNCIA Ana Júlia registra que, segundo o MST, a PM realiza despejos ilegais

Ana Júlia cobra fim de violência policial no Pará

Ao informar que recebeu denúncia de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) de que a Polícia Militar do Pará estaria realizando despejos sem ordens judiciais e que vários trabalhadores teriam sido feridos durante essa ação policial, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu o fim da violência no estado. Ela disse que encaminhou ofícios ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, solicitando providências sobre o caso.

Ana Júlia também comunicou que foi informada pela Comissão Pastoral da Terra nacional de que o preso Aldimir Lima Nunes, conhecido como Branquinho, acusado de crimes como trabalho escravo, grilagem de terras, porte ilegal de arma, crimes ambientais e a morte de três trabalhadores rurais, fugiu da penitenciária de Marabá (PA). Ela lamentou que um juiz federal já havia pedido sua remoção daquele local, mas não foi atendido.

– Infelizmente, o governo federal assinou convênio com o governo do estado do Pará a fim de aparelhar a polícia do estado para combater essa violência e o que nós vemos é a polícia co-nivente com essa violência.

Jefferson apresenta proposta sobre revogação de mandato

O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo a revogação de mandato de político que descumprir promessas assumidas na campanha eleitoral. Proposta semelhante foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Não me parece correto que

o mandatário eleito só possa ser julgado quatro anos depois – afirmou, observando que o instituto, conhecido como *recall*, já é adotado nos Estados Unidos. A idéia é que o procedimento seja aplicado não só em casos de corrupção, “mas contra quem se elege com um discurso e muda quando assume o cargo”. A PEC nº 82/03

contou com a assinatura de outros 26 senadores.

Jefferson também anunciou a apresentação de projeto de resolução (PRS nº 60/03) estabelecendo regras “mais claras e duras” para viagens dos senadores ao exterior. Ele disse ser necessário estabelecer maior transparência e critérios mais rígidos para a aprovação de vi-

agens internacionais dos senadores. Desde o início do ano, 40 parlamentares viajaram em missão externa pela Casa, que gastou R\$ 418 mil, assinalou.

– As viagens para o exterior enriquecem o senador e são úteis à instituição, mas é preciso regras mais claras e que as comissões e o Plenário também se pronunciem sobre o assunto.



Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Jane de Araújo

CPI DO BANESTADO Evasão para o exterior dos recursos supostamente obtidos nos casos descobertos pela Operação Anaconda mobiliza parlamentares

Venda de sentenças judiciais está na mira

A descoberta pela Operação Anaconda de milhares de dólares e de euros, além de ouro e referências a contas no exterior na casa de Norma Regina Emilio da Cunha, ex-mulher do juiz federal João Carlos de Rocha Mattos, levou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado a aprovar ontem requerimentos para investigar a evasão para o exterior dos recursos supostamente obtidos pela venda de sentenças judiciais.

O relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), apresentou e os parlamentares da CPI aprovaram requerimentos para ouvir Norma Cunha – que é auditora aposentada da Receita Federal – e para analisar todos os documentos obtidos na operação de busca e apreensão organizada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público (MP) em São Paulo.



DEPÓSITOS IRREGULARES Antero Paes de Barros (D) e José Mentor justificam entrada da comissão de inquérito em novas investigações

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), justificou a entrada da comissão nas investigações pelo fato de terem sido encontrados recursos em moeda estrangeira, provavelmente de origem ilícita, com referências

a possíveis depósitos irregulares no exterior, que é o objeto das apurações da CPI.

– Menção explícita à existência de várias contas em bancos suíços em nome de Norma consiste em forte indício de que ela funcionaria como tes-

ta-de-ferro da quadrilha, a fim de garantir o trânsito dos recursos para o exterior. Há uma conexão direta entre o material apreendido com o objeto desta CPI – disse Antero, ressaltando que todos os envolvidos fizeram viagens regulares ao exterior, “onde com certeza movimentaram contas correntes clandestinas e não declaradas”.

Segundo o relator, a comissão vem adotando a sistemática de enviar dois assessores, incluindo um delegado da PF, para fazer exame preliminar da documentação. Somente depois, informou, são solicitadas cópias do que interessa diretamente à CPI.

– Será feita uma triagem do material. Iremos solicitar as informações do que nos interessar. O que não tiver a ver com a CPI, não tem por que trazer – esclareceu Antero, em resposta ao senador José Jorge (PFL-

PE) e ao deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu que a CPI aja com cautela, tendo em vista que nem mesmo a PF e o MP têm conhecimento total da documentação. Segundo Tuma, os profissionais que analisam o material estão se surpreendendo com as informações, que, de acordo com o senador, parecem ser mais graves do que o inicialmente imaginado. Biscaia confirmou que os analistas estão espantados com o conteúdo de 1,3 tonelada de documentos apreendida.

Em um ano de investigações, a Operação Anaconda apurou indícios de tráfico de influência, decisões judiciais suspeitas, desvio de armas apreendidas em processos e abuso de poder na Justiça Federal de São Paulo. Oito pessoas foram detidas na capital paulista.

Dificuldades para ouvir o Comendador

Diante do apelo do deputado Eduardo Valverde (PT-RO) para que a CPI do Banestado tome o depoimento do ex-policia civil e empresário João Arcanjo Ribeiro, conhecido como Comendador, o presidente da comissão parlamentar de inquérito, senador Antero Paes de Barros, informou ontem que solicitou do governo e, em especial, do Ministério da Justiça, empenho para que os parlamentares possam ouvi-lo.

Segundo Antero, estão sendo enfrentadas dificuldades adicionais, tendo em vista que o pedido de extradição do Comendador – atualmente preso no Uruguai – ainda está em tramitação e a CPI não é vista no país vizinho como autoridade judiciária, apesar de ter esse poder em território nacional. Ele disse que vai solicitar cópia do depoimento dado por Arcanjo ao juiz federal e ao procurador da República que tratam do caso. Arcanjo é tido como um dos líderes do crime organizado em Mato Grosso.

Parlamentares decidem convocar mais 23 pessoas e quebrar 55 sigilos

Depois de realizar diligências em vários estados, a CPI do Banestado fez reunião administrativa ontem, quando aprovou requerimentos para a convocação de 23 pessoas, para a quebra do sigilo bancário de 28 pessoas físicas e 27 pessoas jurídicas e para a requisição, a órgãos governamentais, de cópias de documentos. A maioria dos requerimentos diz respeito a movimentações suspeitas envolvendo a empresa Beacon Hill, com sede em Nova York.

O relator da CPI, deputado José Mentor, teve acolhidos seus requerimentos para a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, entre 1996 e 2002, de 22 pessoas. Na justificação do pedido, o relator afirmou que a comissão de inquérito pretende identificar no país as pessoas e empresas que utilizavam os serviços prestados pela Beacon Hill, empresa fechada em fevereiro último, em Nova York, “suspeita de auxiliar na evasão de divisas do Brasil e de lavagem de dinheiro”.

A comissão parlamentar de inquérito aprovou ainda requerimento do relator para a quebra do sigilo telefônico, fiscal e



AGENDA Deputados e senadores da CPI aprovam requerimentos para apurar movimentações envolvendo a empresa Beacon Hill

bancário, no período de 1996 a 2002, de 25 empresas. Segundo Mentor, “são empresas em que os detentores de subcontas na Beacon Hill, em Nova York, têm participação, e essa comissão encontrou indícios do envolvimento de participantes dessas empresas com a evasão de divisas, entre outros crimes”.

Por iniciativa de Mentor, a comissão irá requerer ao Banco Central, caso existam, cópia de processos nos quais esteja envolvida a empresa Parinvest Consultoria e Participações Ltda. Também a requerimento do relator, a CPI irá solicitar ao

Ministério da Justiça a realização de gestões para obter os documentos que compõem o dossiê/cadastro da conta da Depolo Corporation S.A., mantida no então MTB Bank, de Nova York, atual CBC Bank.

Outro requerimento do relator aprovado pela CPI prevê a requisição, à Secretaria da Receita Federal, de cópia das fiscalizações referentes a fiscalizações realizadas ou em curso, especialmente no âmbito das delegacias de São José do Rio Preto (SP), São Paulo e Foz do Iguaçu (PR), sobre 31 pessoas físicas e 16 jurídicas.

Depoimento de Silveirinha será na terça-feira

A CPI Mista do Banestado vai tomar o depoimento do ex-secretário estadual de Administração Tributária do Rio de Janeiro, Rodrigo Silveirinha Corrêa, condenado a 15 anos de prisão por crimes de sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. A pedido do deputado José Mentor, os parlamentares decidiram que o fiscal será ouvido em diligência no Rio, na sede da Justiça Federal do estado, na próxima terça-feira.

Visando investigar o mesmo assunto, o chamado Propinoduto – esquema de remessa de dinheiro para o exterior que utilizava as contas CC-5 com a participação de fiscais da Receita do Rio de Janeiro –, a CPI aprovou requerimentos de Mentor para argüir outros envolvidos no escândalo: o fiscal Carlos Eduardo Pereira Ramos, o ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro Carlos Antonio Sasse, Fernandes Mesquita, Arilson da Silva Dias, Valdir Ferreira de Freitas, Germano Silva Filho e Paulo Sekiguchi.

Célio Azeredo



SEGURANÇA Tenente-brigadeiro Luís Carlos Bueno (segundo à esquerda) garantiu que nenhum país tem acesso aos dados do sistema

Comandante da Aeronáutica diz que Brasil tem pleno controle do Sivam

Sistema de vigilância foi debatido ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luís Carlos da Silva Bueno, assinalou ontem que o Brasil tem total controle sobre as informações obtidas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

— Nós filtramos até as informações que são cedidas a países vizinhos. Justamente para manter o sigilo, pagamos US\$ 1,4 bilhão para os americanos,

para termos as informações que precisamos e sermos os únicos donos delas — observou o comandante.

De acordo com ele, entre as informações consideradas sigilosas estão as relativas à localização de jazidas de petróleo e minérios.

Ao longo do debate, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) se mostrou preocupado com a soberania nacional na região. Para Mozarildo, a Amazônia é o ponto mais vulnerável do nosso país. Bueno garantiu ao senador que as informações estratégicas geradas pelo Sivam são absolutamente sigilosas.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) se mostrou apreensivo com a segurança do Sivam,

uma vez que seus dados passam por satélite alugado. O responsável pela Comissão para Coordenação do Sivam, brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso, assegurou que informações estratégicas não passam por satélite.

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sugeriu uma visita dos senadores à Amazônia para conhecer de perto o sistema, mas não foi fixada data para a viagem. Ele afirmou ainda que a comissão apresentará emendas ao projeto de Orçamento da União para 2004 com a finalidade de garantir mais recursos para a finalização do programa Sivam. Em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o brigadeiro Ramon Borges Cardoso

informou que ainda precisam ser pagos US\$ 500 milhões, dos quais parte se destina à compra de material sobressalente para o Sivam.

Prêmio Nobel

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem, por unanimidade, requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, com parecer favorável de Suplicy, de apoio à candidatura do economista Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia em 2004.

Aplaudiram a iniciativa e expressaram admiração pelo economista os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Falhas e falta de recursos atrasam a instalação de equipamentos

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luís Carlos da Silva Bueno, informou que “uma quantidade anormal de falhas” nos sistemas de comunicação do Sivam levou à suspensão da instalação de equipamentos.

Segundo o brigadeiro Ramon Borges Cardoso, responsável pela Comissão para a Coordenação do Projeto Sivam, o atraso na implantação do Sivam também se deu pelas dificuldades de transporte na floresta e pelo corte de recursos.

O presidente da empresa



ALERTA Senadores manifestaram preocupação com a soberania do Brasil na região amazônica

norte-americana Raytheon Brasil, Gregory Vuksich, disse que problemas técnicos limitaram o funcionamento do sistema operacional de rádio VHF, e que soluções estão sendo estudadas.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o Senado tem obrigação de fiscalizar o Sivam. Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu a integração do sistema com outros órgãos do governo. Arthur Virgílio (PSDB-AM) quis saber

se realmente há um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no Amazonas. O comandante da Aeronáutica respondeu que não há nenhum dado concreto nesse sentido.

Mozarildo quer mais segurança para Amazônia

Ao comentar em Plenário audiência pública sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), realizada a seu pedido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reivindicou mais recursos para o programa, que deve controlar e proteger o espaço aéreo da região amazônica. Com base em matérias jornalísticas,



Mozarildo teme entrada de guerrilheiros

ele denunciou a possível invasão do território brasileiro por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

— A Amazônia está mais vulnerável — afirmou, avalizando denúncias de índios sobre a presença de guerrilheiros, com uniforme semelhante aos da Farc, em área do município de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Costa participou de encontro das Nações Unidas

Ao registrar sua participação como observador da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) ressaltou a presença de parlamentares brasileiros no encontro. Ele disse que o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, falou da importância fundamental do Brasil.



Hélio Costa: preocupação com brasileiros nos EUA

Os parlamentares também fizeram parte, junto com o Consulado do Brasil em Nova York, de comitiva volante que discutiu com imigrantes brasileiros a situação naquele país. Cerca de 800, que tentaram entrar ilegalmente nos Estados Unidos, estão presos. “Esses brasileiros precisam ser repatriados”, afirmou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Augusto Botelho e Garibaldi Alves Filho